

SÚMULA DA 277ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CÂMPUS FLORIANÓPOLIS

Data: 22/08/2019	Horário: 13h30MIN		Auditório	
Participantes		Sim	Não	Assinatura
Andréa Martins Andujar (Presidente)		X		
Giovani Cavalheiro Nogueira (Diretor de Ensino)		x		
Clovis Antonio Petry (Diretor de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão)		X		
Aloisio Silva Junior (Diretor de Administração)		X		
Adriano Heis (Docente titular)		X		
Cláudio Luis Ebert (Docente titular)		X		
Gizely Cesconetto de Campos (Docente titular)		X		
Fernanda Simoni Schuch (Docente suplente)			X	JUSTIFICADA
Márcio Ricardo Teixeira Moreira (Docente suplente)		X		
Letícia Helena Frozin Fernandes Cruz Wiggers (Adm. titular)		X		
Diogo Melcher dos Santos (Adm. titular)		X		
Stella Rivello da Silva Dal Pont (Adm. titular)			X	JUSTIFICADA
Bruno Egues Moraes (Adm. suplente)			X	
Maria da Conceição Epitácio dos Santos Correa (Adm. suplente)			x	
Nelson Matheus Silva da Conceição (Discente titular)		X		
Luciane Volken (Secretaria Municipal Educação)		X		
Gisele Luz Cardoso (Secretária)		X		

Pauta da Reunião

1. FUTURE-SE
2. Bloco comunitário
3. POCV
4. Solicitação do discente Nelson Matheus

A professora Andréa M. Andujar, presidente do colegiado do Câmpus Florianópolis, inicia a 277ª Reunião Extraordinária deste Colegiado, alterando os pontos de pauta previstos, devido ao tempo restrito para dois pontos amplos como o Future-se e o ponto sobre a POCV. Assim, foram discutidos apenas os pontos 1 e 3, ficando os pontos 2 e 4 para a próxima reunião.

PONTO 1. Para o primeiro ponto, foram convidados a falar a reitora Maria Clara, a representante do sindicato/SINASEFE professora Elenira Vilela e o representante discente Nelson Matheus. Este ponto foi discutido até às 15h45, aberto à comunidade interna do Câmpus que esteve presente em um grande número – cerca de 157 pessoas - e fez perguntas as quais foram respondidas. A reitora iniciou sua fala dizendo que a partir de setembro haverá severas restrições orçamentárias devido aos cortes na educação. Também falou que o programa Future-se, que foi lançado em julho (durante período de férias docentes e discentes) deste ano, foi anunciado de forma abrupta, o que surpreendeu a todos. Sobre a resposta ao programa do governo, diz que foi dado mais um prazo (de 15 dias) para as instituições responderem à consulta pública, a qual é individual. Ela lembra que os Institutos Federais (IFs) e as universidades têm autonomia previstas em lei e o novo programa, que prevê a administração dessas instituições por Organizações Sociais (OSs) que vão atuar de maneira administrativa e pedagógica, e isso retiraria a autonomia daquelas instituições. Ela acrescenta que o texto do programa é obscuro e faltam esclarecimentos. Numa reunião na SETEC, por exemplo, muitas perguntas não foram respondidas. Porém, afirma que o compromisso do IFSC é conversar e esclarecer a comunidade e a sociedade (para compreenderem o programa) sobre o Future-se que, de acordo como é anunciado na mídia, parece ser uma boa proposta, mas ela não concorda com a maneira como o projeto é proposto, ou seja, com a forma como ele é colocado, pois propõe mudanças muito significativas e isso mexe com a constitucionalidade das Instituições de Ensino (IE) Federais. Ela reforça que continuará defendendo o IFSC e resistindo a favor da autonomia e do ensino público, gratuito e de qualidade. Insiste que a proposta é muito estranha e deixaria a instituição frágil. O projeto mexe em 17 leis e 42 artigos, ou seja, é uma mudança muito drástica e significativa. Quanto à decisão final do IFSC, ela partirá dos colegiados dos campus e depois do CONSUP. A reitora não se posiciona de maneira favorável, pois o projeto tem muitas coisas obscuras/nebulosas. Em reuniões, disseram que o projeto vai ser regulamentado *a posteriori*. Então, pergunta-se, como aderir a um projeto cuja regulamentação não está clara para os servidores. Até mesmo um debate com a comunidade é difícil, devido à falta de esclarecimentos. As instituições ficariam ligadas ao Ministério da Economia, ou seja, é tudo muito estranho ao funcionamento do IFSC; as regras não estão claras; é um ataque à autonomia. Ela acrescenta que 34.000 pessoas acessaram à consulta pública individual, mas a reitora não fez isso. Ela assume o compromisso de debater e encontrar respostas sobre um projeto que mexe em questões cruciais da instituição. Para finalizar, a reitora insiste que está fazendo de tudo para garantir as aulas, a sala de aula e todas as atividades, apesar dos percalços. Por sua vez, a professora Elenira inicia sua fala explicando de onde vem o Future-se. Fala dos especialistas que estão cadastrados (que são as OSs) e da venda de ensino no país. Também diz que o projeto tem como meta produzir lucro, vendendo ensino e da mercantilização/mercadorização da educação, ou seja, o ensino está à venda; é visto como mercadoria. A gestão vai ser entregue às OSs e algumas delas estão já cadastradas; outras ainda não. Insiste no processo de mercantilização da educação e fala sobre o projeto: “Ponte para o futuro”. A professora complementa que em 17/07 estava em Brasília, no MEC, e viu que o ministério não está disposto a discutir sobre o Future-se. Ela questiona o fato de o MEC ter dinheiro pra criar os fundos de investimento, mas não tem pra manter as IEs funcionando. Fala das 16 leis que o governo quer mudar e que não têm a ver com educação e isso é muito estranho. Ela continua dizendo que será o fim da autonomia das IEs e fala da ingerência do sistema financeiro, dizendo em que o professor pode investir e pesquisar, qual curso determinado departamento pode abrir etc. Isso seria o fim da autonomia ao interesse do mercado financeiro e o fim do Tripé existente: Ensino, Pesquisa e Extensão, substituído por um novo tripé: Governança, Empreendedorismo e Inovação. Elenira fala que a palavra *educação* não está nesse projeto. A palavra *estudante* não aparece nesse projeto também; só aparece no “Dia do Estudante Empreendedor”. A professora questiona como se ganha dinheiro com ensino. Ela entende que se ganha cobrando mensalidade. Ela acredita que com as OSs gerenciando as IEs federais, funcionários poderão ser contratados pelas leis trabalhistas vigentes e pode não haver mais concursos públicos. Ela acrescenta que o projeto diz pouca coisa concreta, é muito aberto, deixa tanta coisa possível e que os servidores, poderão ser

cedidos pra uma OS. Assim, fica a dúvida se o servidor continuaria a receber seu salário pela OS ou pelo governo. Ela teme o fim da estabilidade do serviço público também. As pessoas podem ser demitidas por falta de produtividade, mas no projeto diz várias vezes que quem vai avaliar a produtividade do servidor é a OS. Então, se a OS avaliar que o servidor não está produzindo, ele poderá ser demitido. Pra finalizar, ela diz que os movimentos estudantis vão continuar lutando pelos seus direitos e pela democracia. Já o discente Nelson acrescentou que os estudantes poderão ser prejudicados socialmente e poderá haver fragilização nas áreas humanas. Ele pergunta quem investirá em filosofia e artes, por exemplo. Ele recomenda que todos leiam o documento e assistam aos vídeos sobre o FUTURE-SE, para tirarem as próprias conclusões sobre a privatização da educação. Por fim, ele salienta que temos que nos mobilizar, lutar e defender o nosso currículo atual e que ele seja mantido e não seja um currículo privado. Após as falas dos convidados, algumas pessoas presentes fizeram perguntas que foram respondidas pela mesa. Em síntese, foram feitas algumas colocações e sugestões como fazer uma reunião e assembleia sobre o Future-se, assim como participar de manifestações contra o programa nas ruas. Maria Clara mostrou-se a favor das manifestações; diz que já foi a quase todos os Câmpus para falar do assunto e já houve várias reuniões, como a do CODIR, por exemplo, e eles estão elaborando um documento que esclareça o programa de forma didática para a população. Ela fala do grande interesse do Governo nas IEs públicas de nível superior e também de ensino médio, daí incluir os IFs no Future-se. Ela acrescenta que, apesar de algumas atividades estarem comprometidas, as atividades de sala de aula continuarão, mas algumas contas talvez não sejam pagas. Quanto aos contratos, eles deverão ser retidos, exceto aqueles referentes à limpeza, por exemplo, pois isso envolve as salas de aula. Falou da situação dos terceirizados que já é precária e poderá ficar pior com os cortes dos contratos. Também fez menção ao corte de 23 milhões hoje, o que é bastante significativo. Em respeito ao cenário de fim de ano, segundo o MEC, haverá corte de 20%, ou seja, não teremos os 100% do orçamento. Ela diz que vai garantir as atividades acadêmicas, mas 2021 começará “no vermelho”; a situação é drástica, então, despesas estão sendo “enxugadas”. Ela reforça que a decisão, com relação ao FUTURE-SE será do IFSC como um todo; será coletiva com todas as instâncias; não é um reitor ou o CONSUP que vai decidir sozinho. Por fim, comunica que o documento do CONIF foi enviado aos parlamentares. Em seguida, o professor Marcos Neves faz suas colocações dizendo que o projeto em questão tem uma premissa que não tem materialidade em outros países do mundo, que é a premissa de que a mão invisível do mercado vai resolver as demandas de saúde, educação, saneamento e que em nenhum lugar do mundo isso acontece. Os direitos sociais só são atendidos via políticas públicas, por um Estado que se organiza para atendê-las. As políticas macroeconômicas que o governo atual está apresentando vão contra o discurso que está presente no projeto Future-se, como se houvesse uma economia dinâmica nesse momento, que desse conta de estabelecer milhares de projetos de pesquisa, de inovação, etc como se tivéssemos capacidade de atender, minimamente, os recursos que são necessários para se manter esses direitos sociais. O professor finaliza dizendo que não é possível que esse projeto dê certo, haja vista a política macroeconômica do país, mesmo numa perspectiva liberal; mesmo na parceira público-privada. Estaremos falindo. Elenira, por sua vez, cita algumas algumas universidades particulares que são administradas por OSs e diz que a maioria delas está em situação precária, com pouca margem para pesquisa, por exemplo, e com professores com salários baixos. Mas, estas IEs não estão submetidas ao mercado financeiro como estarão aqueles que aderirem ao Future-se. Temos que derrotar/barrar o projeto no congresso pra garantir a educação pública, diz a professora. Ela lembra que dia 07 de setembro haverá uma manifestação a ser chamada de “Grito dos Excluídos” e insiste que todos devem ir para as ruas e protestar com mais frequência pra explicar para as pessoas o que está acontecendo. Já o discente Nelson Matheus lembra que a proposta de se fazer uma assembleia sobre o Future-se é ponto de pauta para a próxima reunião do Colegiado do Campus. O professor João Goulart também defende as manifestações e diz que todos (IFSC, UFFS, IFC e UFSC) devem ir para as ruas protestar contra o projeto em questão. Por fim, Maria Clara diz que articulações estão sendo feitas por meios de reuniões e documentos estão sendo enviados para os deputados e senadores.

Com relação às universidades, está havendo uma articulação via CONIF e ANDIFES, a qual está sendo feita de modo coletivo. A reitora defende a carreira do servidor público e os concursos públicos sem alterações e acrescenta que a política da educação é política de Estado e não de governo. Com relação a este ponto, foi sugerida uma reunião para ampliação do conhecimento do Future-se e aberta à comunidade, antes do dia 07 de setembro (data prevista para uma manifestação na cidade). Esta reunião, sugere-se, deve ser organizada pelas representações estudantis. Após a reunião, em outro dia, sugeriu-se organizar uma assembleia para decidir se o IFSC aceita o projeto Future-se ou não.

PONTO 3. Quanto à POCV, o diretor de ensino, professor Giovani explicou a Planilha a todos os presentes, desde quando ela foi criada, ou seja, de 2014 até a presente data. Ele comunicou que na planilha, desde 2016, a carga horária docente é lançada por área de conhecimento, o que mudou a lógica da planilha. Para adequação à nova lógica, foram criadas sub-áreas dentro dos Departamentos, situação que permite contratar profissionais com formação específica para atender aos cursos que ofertamos. Comentou que a POCV não atende, na íntegra, o que se faz realmente no Câmpus, pois não permite o lançamento de carga horária para pesquisa e extensão e que também não é o único instrumento de redimensionamento de pessoal, sendo necessário considerar, além dela, o que se lança em PSAD, SIGAA, RSAD, Agenda Zimbra e os PPCs dos Cursos. Segundo o diretor, a planilha foi encaminhada para o pró-reitor de Desenvolvimento Institucional no prazo solicitado, conforme cronograma do PDI 2020/2014. No entanto, como não foi feita uma resolução *ad referendum*, este colegiado deverá manifestar-se com aprovação ou não da planilha. Por sua vez, o professor Márcio Moreira reforça que a planilha atual, como está, é muito quantitativa e o Calc do Libre Office não é a melhor ferramenta para uma planilha como a POCV. Essa é meramente quantitativa, ou seja, só explora números e não apresenta a realidade do Câmpus. A planilha deve trazer explicação das horas trabalhadas, o que são as horas de aulas de reforço de laboratório e outras, assim ficando uma planilha qualitativa também. Deste modo, a aprovação da versão atual da Planilha de Oferta de Cursos e Vagas está condicionada ao processo de revisão sistemática para ajustes dela frente ao esforço de curso que é elevado. Em seguida, a servidora Letícia Helena e o servidor Diogo sugeriram, como encaminhamento, que um GT seja criado para revisão da POCV. Porém, o professor Giovani explicou que já existe um GT com portaria válida para 2019/01 e 2019/02 e este é formado por gestores Chefes de Departamentos Acadêmicos. Então, decidiu-se que esse GT deve encaminhar um relato de explicações e críticas à planilha frente ao porquê do esforço de curso elevado e o porquê da planilha não ser o instrumento ideal para planejamento das ofertas de cursos.

Concluídos os pontos de pauta, A diretora-geral, Professora Andréa Martins Andujar encerrou a reunião, agradecendo a colaboração de todos.